



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA  
REITORIA  
Comitê de Governança Digital

ATARE 2/2023 - CGD/IFRR

Boa Vista, 1 de agosto de 2023.

**Ata da Primeira Reunião Ordinária do Comitê Gestor de Governança Digital do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), realizada em vinte e cinco de abril de dois mil e vinte e três.**

**1. ABERTURA DA SESSÃO. 1.1 Data, Horário, Local e Finalidade.** Aos vinte e cinco dias do mês de abril de dois mil e vinte e três, a partir das nove horas e quarenta e um minutos, na sala de reuniões da Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), o Comitê Gestor de Governança Digital (CGD) da instituição se reuniu ordinariamente para tratar da seguinte pauta: 1) Apresentação do Novo Portal do IFRR; 2) Apresentação do Eixo Oito da Tecnologia da Informação e Comunicação; 3) Diploma Digital; 4) Módulo para Projeto de Ensino; 5) Ofícios e Acórdãos do TCU; 6) Priorização de Demandas de Aquisição; 7) Aprovação da Cartilha de Segurança da Informação; 8) O que ocorrer. **1.2 Verificação do Quórum.** Incluindo a presidente do comitê, a quantidade de membros ficou acima da mínima necessária para a realização da assembleia. Estavam presentes a reitora e presidente do comitê, NILRA JANE FILGUEIRA BEZERRA; o diretor de Tecnologia da Informação, DIOGO ROCHA FERREIRA MAIA; o pró-reitor de Administração, EMANUEL ALVES DE MOURA; o pró-reitor de Desenvolvimento Institucional, ADNELSON JATI BATISTA; a representante da Pró-Reitoria de Ensino, ANDREIA PEREIRA DA SILVA, substituindo a pró-reitora ALINE CAVALCANTE FERREIRA, que se encontra de férias; a pró-reitora de Extensão, ROSELI BERNARDO SILVA DOS SANTOS; o representante da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, AMARILDO FERREIRA JÚNIOR, substituindo o pró-reitor ROMILDO NICOLAU ALVES, que também se encontra de férias; a diretora-geral do *Campus* Boa Vista, JOSEANE DE SOUZA, que participou de forma *on-line*; o diretor-geral do *Campus* Boa Vista Zona Oeste, ISAAC SUTIL DA SILVA; a diretora do *Campus* Avançado Bonfim, MARIA ELIANA DOS SANTOS, que não conseguiu permanecer na reunião devido à queda da internet na unidade de ensino; a diretora-geral do *Campus* Novo Paraíso, VANESSA RUFINO VALE VASCONCELOS; e a secretária do comitê, IVÂNIA NASCIMENTO FERREIRA CARVALHO. **1.3 Aprovação da Pauta.** A presidente do comitê, NILRA JANE FILGUEIRA BEZERRA, iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e falando sucintamente da importância e do papel de cada membro do comitê nas tomadas de decisão do colegiado. Em seguida, apresentou a pauta da reunião, que foi aprovada pelos presentes. **2. EXPEDIENTE. 2.1 Justificativas de Ausência.** A presidente perguntou à secretária se havia justificativas de ausência. Esta informou que a diretora-geral do *Campus* Amajari, PIERLANGELA NASCIMENTO DA CUNHA, comunicou que não poderia participar da reunião em razão de um encontro com a secretária nacional de Aquicultura do Ministério da Aquicultura e Pesca nos dias vinte e quatro e vinte e seis de abril, nos Municípios do Uiramutã e do Amajari. Por isso, indicou o servidor ANDERSON DE ALCÂNTARA MENEZES para representá-la na reunião por meio de ambiente virtual. A presidente informou que enviou o *link* da reunião aos que iriam participar de forma remota. Por fim, a secretária comunicou que THALLITA ATHENA DE SOUZA NOGUEIRA, encarregada do

tratamento dos dados pessoais do IFRR, encontra-se de licença. Além dos membros listados acima, participaram da assembleia os seguintes servidores convidados: FÁBIO RODRIGUES DOS SANTOS (DTI), ROMERO GOMES DA SILVA (DTI) e ANTÔNIO NASCIMENTO DE OLIVEIRA (Prodin). **2.2 Discussão da Pauta.** Encerradas as justificativas de ausência, a presidente passou a palavra ao diretor da DTI, membro e assessor do comitê, DIOGO ROCHA FERREIRA MAIA, para conduzir a reunião. Depois de cumprimentar os presentes, ele fez uma breve contextualização dos pontos da pauta antes de passar para a discussão de cada um. A princípio, pediu que os membros analisem as demandas relacionadas ao eixo oito, encaminhadas por *e-mail*, que estão sendo construídas para atender às necessidades do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Explicou ser fundamental haver uma visão clara das informações que estão sendo elaboradas para o PDI pela Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI). Em seguida, comentou a priorização das demandas de aquisição. Esclareceu que, para iniciar os processos de aquisição, a DTI precisa ter o respaldo do comitê. Disse ser necessário adquirir ou contratar os serviços de acordo com a disponibilidade de recursos, pois os disponíveis não são suficientes para a aquisição de todos os equipamentos necessários. Além disso, explicou que as aquisições e os contratos de serviços de TI não competem exclusivamente à DTI. Conforme estabelecido na IN 94/2022, todas as aquisições e os contratos de serviços de TI devem ser decididos pelo comitê, garantindo-se, assim, uma análise mais abrangente e colaborativa. Feita essa contextualização, convidou FÁBIO RODRIGUES DOS SANTOS para abordar o **primeiro ponto da pauta: 2.2.1 APRESENTAÇÃO DO NOVO PORTAL.** O servidor iniciou sua fala fazendo uma breve contextualização dos trabalhos realizados pela comissão responsável pelo novo site. A princípio, fez um relato da reconstituição da comissão e das reuniões ocorridas até o momento. Depois, apresentou a nova tecnologia (*wagtail*) que substituirá o *plone* presente no site atual. Esclareceu que a adoção dessa ferramenta permite aproveitar o conhecimento adquirido no Suap, resultando em excelente produtividade. Disse que, com base nisso, a comissão decidiu adotar a ferramenta e escolheu o dia trinta de junho para o lançamento do novo portal, por ser a data de aniversário do IFRR. FÁBIO RODRIGUES também informou que, quando o novo portal for implantado, as informações do portal antigo serão preservadas, havendo uma mensagem de redirecionamento para este durante um determinado período, para que os usuários possam encontrar informações dos anos anteriores. Ele falou sobre a adesão ao site do governo federal e compartilhou uma visão sucinta da identidade visual única, que facilita o acesso aos serviços. Abordou ainda os pontos positivos da nova plataforma, como a produtividade, e os pontos negativos, como a perda de autonomia dos setores de comunicação das unidades na definição do *layout* da página. No entanto, mencionou a possibilidade de se trabalhar em conjunto com a comunicação e programar *layouts* diferentes, se necessário. A diretora-geral do CBV, JOSEANE DE SOUZA, perguntou se haverá a inclusão de informações de cursos e de ações anteriores ao IFRR no novo site, como as da época do Cefet e da Escola Técnica. FÁBIO RODRIGUES respondeu que essas informações estão disponíveis no site que vai ser substituído e que há um *backup* desses dados. Explicou que elas serão inseridas no novo portal por meio de um *banner*, que direcionará os usuários para o portal antigo por um tempo determinado, permitindo que encontrem informações dos anos anteriores. Em relação à alimentação do novo portal, a presidente do comitê, NILRA JANE FILGUEIRAS BEZERRA, perguntou o que será feito quando os coordenadores de cursos precisarem incluir novas informações no site. FÁBIO RODRIGUES respondeu que as páginas das unidades já terão um padrão, com um *layout* pronto. Assim, quando uma imagem for inserida, aparecerá um formato preestabelecido, com o *layout* completo do curso. A única variação será para cursos técnicos e superiores, em que a forma de apresentação poderá ser ajustada, dependendo do nível de peculiaridade. Esclareceu que, caso seja necessária uma forma diferente, será preciso passar por um processo de aprovação pela Assessoria de Comunicação do IFRR até chegar à DTI. Esclareceu que os coordenadores do curso também poderão alimentar o portal seguindo esse padrão. A presidente confirmou a questão do *layout* padrão para todas as unidades de ensino, explicando que isso é funcional, pois evita que as informações sejam diferentes de um *campus* para outro, garantindo uma organização e/ou uniformização da linguagem. Em seguida, FÁBIO RODRIGUES informou que está sendo preparado um treinamento, em forma de oficina, pela DTI e pela Ascom e sugeriu a inclusão dos coordenadores de curso nesse treinamento para serem orientados sobre o cadastramento de informações. O diretor da DTI, DIOGO ROCHA, esclareceu que os técnicos de TI estão trabalhando para levar para o novo site o máximo possível de informações já cadastradas no Suap, evitando, assim, a necessidade de retrabalho. Disse que isso reduzirá o número de pessoas cadastrando e ajudará na padronização do portal. ROMERO GOMES, também da DTI, mencionou que, durante o Fórum de Comunicadores, foram coletadas sugestões de melhorias para o portal e que a equipe da Ascom e a equipe da DTI estão alinhadas no processo de criação do novo site. Em seguida, o pró-reitor ADNELSON JATI parabenizou o trabalho realizado pela comissão e fez perguntas sobre o *banner* obrigatório requerido pelo TCU, sobre a página de transparência e sobre o *banner* da Comissão Própria de Avaliação (CPA). Sugeriu que sejam ouvidas as pró-reitorias para se contemplarem situações específicas e mencionou a necessidade de se incluírem na página alguns dados da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (Prodin). Também perguntou sobre a Lei Geral de Proteção de Dados e sobre a existência de uma assessoria jurídica.

DIOGO ROCHA respondeu que o IFRR ainda não dispõe de uma assessoria jurídica específica, mas que a DTI está pensando em abrir alguns dados públicos, como os dados de cursos, em outro momento, quando houver essa demanda. Esclareceu que esses dados precisarão passar por um comitê de aprovação. O pró-reitor ADNELSON JATI indagou se a demanda de liberação de informações da Plataforma Nilo Peçanha (PNP) será discutida pelo Comitê de Governança Digital. DIOGO ROCHA respondeu que, em algum momento, quando for necessário liberá-las, o assunto será discutido pelo colegiado. ADNELSON JATI indagou a possibilidade de implementação dos faróis de desempenho o mais breve possível, pois isso geraria mais transparência e facilitaria a tomada de decisões assertivas. ROMERO GOMES, em resposta, comentou que um dos usuários solicitou alguns números e que, quando mencionou que havia números da Plataforma Nilo Peçanha (PNP), a pessoa disse que não queria dados passados. Ele explicou que os dados da PNP são reais e exemplificou alguns indicadores de planejamento: simples, planejado e executado. Esclareceu ainda que o problema não é tecnológico, mas, sim, de informação, razão pela qual é preciso garantir que os responsáveis por determinada informação zelem por ela, garantindo que esteja correta e que faça sentido, pois, se estiver com qualidade ruim, fica difícil apresentá-la de forma adequada. ROMERO GOMES destacou, além disso, a importância de haver curadores responsáveis por alimentar o site com informações, tais como dados de alunos, em vez de a instituição depender apenas da DTI. DIOGO ROCHA acrescentou que os curadores da informação em cada área do IFRR, como ensino, extensão, administração, pós-graduação, pesquisa e inovação, devem fornecer as informações para o monitoramento e que a DTI não deve ser a única responsável pela alimentação do sistema. Disse ainda que a proposta do portal é interessante, podendo trazer uma grande melhoria para o site atual. Argumentou que organizar as informações desorganizadas é fundamental para garantir que os usuários encontrem o que estão procurando de forma mais rápida e eficiente. Explicou que a utilização de caixas etiquetadas com *tags* é uma excelente ideia, pois facilitará a busca e a categorização dos documentos. Disse acreditar que isso tornará o site mais funcional e agradável para os usuários. A presidente do comitê, NILRA JANE FILGUEIRA, parabenizou e agradeceu à equipe da DTI a apresentação da proposta. Disse que é fundamental o IFRR ter um site funcional que reflita a realidade do instituto e que facilite o acesso à informação. Declarou que a desorganização das informações dificulta a vida dos usuários e que a iniciativa de organizar e etiquetar os documentos com *tags* contribuirá para uma melhor experiência de navegação. DIOGO ROCHA explicou que, além da proposta do portal, a DTI, em parceria com a Ascom, realizou uma pesquisa pública para identificar os problemas enfrentados pelos usuários ao navegarem no site atual. Disse que os resultados da pesquisa trouxeram informações valiosas sobre as principais dificuldades enfrentadas por eles e que, com base nelas, a comissão responsável pelo projeto do novo portal trabalhará para atender às solicitações dos usuários que forem viáveis. Em seguida, avançou para o **segundo ponto da pauta: 2.2.2**

**APRESENTAÇÃO DO EIXO OITO**, relacionado à Tecnologia da Informação, a ser incluído no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Antes da apresentação, descreveu a estrutura do documento. Destacou o progresso do trabalho realizado pela equipe responsável (ROMERO GOMES DA SILVA, FÁBIO RODRIGUES DOS SANTOS, JEAN CARLOS ARAÚJO COSTA, CLINTON JÚNIOR GEORGE, THIAGO DOS SANTOS CIDADE E ANDERSON CORREA DE OLIVEIRA), a qual contou com a ajuda do Comitê de Governança Digital, composta pelos servidores. Passando para a apresentação, DIOGO ROCHA destacou a fase de preparação do planejamento estratégico de TI e definiu a abrangência e o período de vigência do Plano de Tecnologia da Informação e Comunicação (PTIC). Explicou que normalmente esse período é de cinco anos e sujeito a revisões e reavaliações a cada dois anos, a fim de se adequar o documento às mudanças e às necessidades da instituição. Esclareceu que a estrutura do PTIC inclui uma análise SWOT detalhada dos ambientes internos e externos. Esclareceu que serão fornecidas sugestões para a identificação da missão, da visão e dos valores da área de TI. Também explicou que o foco do planejamento estratégico são os aspectos de acesso, colaboração e inovação. Além disso, informou que há uma discussão em andamento sobre a possibilidade de se adicionar um quarto foco relacionado à administração. Indagado pela presidente sobre a definição do plano, respondeu que este ainda está em fase de definição e construção. Explicou que, para se avançar nesse processo, será realizada uma consulta pela comissão responsável, visando obter uma votação sobre a definição da missão, da visão e dos valores. Esclareceu ainda que a análise SWOT da DTI será incorporada ao planejamento estratégico da instituição, mas apenas depois dos devidos ajustes e considerações. Enfatizou a importância das contribuições e das sugestões dos presentes e solicitou que essas ideias sejam compartilhadas por meio do documento enviado por e-mail aos membros do comitê. Disse que essa abordagem participativa e consultiva evidencia o compromisso de se envolverem todos os integrantes do comitê no processo de definição do plano estratégico, garantindo-se que as opiniões e as perspectivas de cada um sejam consideradas. Explicou que se busca, dessa forma, criar um plano sólido e abrangente que reflita as necessidades e as metas da instituição. Informou o andamento do diagnóstico do levantamento e a análise do PDI atual, referente ao quinquênio dois mil e dezoito-dois mil e vinte e três. Disse que, inicialmente, foi considerada a área de educação, tecnologia de ensino e aprendizagem, que compreende um conjunto de tecnologias voltadas tanto para os alunos quanto para o corpo docente.

Afirmou que essas tecnologias têm o objetivo de fornecer suporte ao processo de ensino-aprendizagem em todas as unidades educacionais, facilitando a inovação pedagógica e contribuindo para a pesquisa educacional. Lembrou que, no período de dois mil e dezoito a dois mil e vinte e três, houve a implantação de tecnologias em todas as unidades de ensino, resultando em uma atualização abrangente em todo o ambiente virtual com a instalação do Moodle. DIOGO ROCHA abordou também a análise de dados de aprendizagem realizada pelo Ministério da Educação (MEC) por meio da Plataforma Nilo Peçanha (PNP). Informou que a plataforma identificou a necessidade de implantação de uma ferramenta específica no IFRR para a obtenção de maior granularidade de dados e respostas em tempo real. Disse que há duas opções que estão sendo consideradas: as ferramentas "Taboão" e "Para Enviar". Explicou que a Proen está em processo de decisão sobre qual delas será adotada. Disse que a instituição conta atualmente com um módulo de editais de bolsas de ensino, pesquisa, extensão e assistência estudantil. Informou que foi elaborada uma planilha para se digitar o Relatório Anual de Gestão 2018-2023. Esclareceu que, com base nas informações registradas no documento, a DTI verificou o que havia feito de entregas durante esses cinco anos em relação a cada item mencionado, como a seleção de bolsas e a implantação de módulos e tecnologias de extensão. O resultado foi a constatação da execução de diversas ações ao longo do quinquênio. Entre as principais estão o compartilhamento de infraestrutura de TI com grupos de pesquisa, a administração do sistema de informações estudantis, a análise de dados e o foco no aspecto administrativo, além da implantação de módulos e tecnologias de extensão nos *campi*. DIOGO ROCHA informou ao pró-reitor ADNELSON JATI, quando indagado por este, que a DTI iniciou uma análise SWOT envolvendo somente analistas e técnicos. Informou ainda que ela foi compartilhada com os integrantes da comissão responsável pelo eixo oito, para que avaliassem e dessem sua contribuição. No entanto, no documento compartilhado não consta, até o momento, nenhuma sugestão apresentada. Esclareceu que, no planejamento estratégico, foram identificadas forças, como o comprometimento da equipe de TI e o apoio da gestão institucional e dos Comitês de Governança Digital e Segurança da Informação, além da resiliência e da capacidade de adaptação a diferentes cenários. Disse que a contribuição dos *campi* se destaca tanto nas necessidades de manutenção quanto na doação de equipamentos, havendo na instituição uma cultura de troca de conhecimentos. Ademais, explicou que se destacou o investimento em pesquisa e o desenvolvimento de soluções tecnológicas aplicadas à educação. No entanto, também foram identificadas fraquezas. Em algumas unidades, inexistiu ou é reduzida a equipe de TI, há servidores com limitado conhecimento de informática e de uso de sistema, faltam iniciativas de segurança e processos exigidos pelo TCU e não existe priorização dos recursos financeiros para investimentos em TI. Além disso, o acesso à internet de alta velocidade nos *campi* do interior é limitado e deficiente, e os processos de TI carecem de formalização e compreensão adequadas. A comunicação, na implantação de equipamentos, serviços e atualizações de sistemas institucionais, também é ineficiente, resultando em vários problemas. No ambiente externo, foram identificadas algumas oportunidades, como a de ampliação da oferta de cursos a distância e a do estabelecimento de parcerias com empresas de tecnologia e instituições públicas para o desenvolvimento de projetos, além do incentivo dos órgãos de controle e da adoção de melhores práticas de gestão e legislação alinhadas à transformação digital, à ampliação de cursos *on-line* e a parcerias com empresas de tecnologia. Disse que o Fórum de TI da Rede Federal (Fortim) é visto também como uma oportunidade para a interação entre os institutos federais. No entanto, existem algumas ameaças relacionadas ao ambiente externo. As mais preocupantes são os riscos de ataques cibernéticos e a instabilidade na internet e no fornecimento de energia. Explicou que foram estabelecidos critérios para a seleção de necessidades a serem incluídas no plano estratégico, considerando a visão do IFRR e o impacto generalizado na instituição. Afirmou que a instabilidade orçamentária, econômica e política pode afetar negativamente a instituição com a redução de repasse de recursos e que a atratividade de propostas salariais de empresas privadas para os servidores de TI pode representar uma perda de talentos para o setor público. Destacou a necessidade de elaboração de um cronograma com os recursos necessários para se garantir a execução adequada do Planejamento Estratégico de TI. Além disso, explicou que está em andamento a construção de cenários e do inventário de necessidades para atualização do (PDI). O objetivo disso é alinhar o Planejamento Estratégico de TI com as demandas atuais e futuras do IFRR, promovendo eficiência, segurança e excelência nos serviços dessa área. Informou que esse trabalho está em andamento e que se espera que o planejamento estratégico seja aprimorado com as contribuições dos presentes, visando à inclusão do planejamento no PDI e ao alinhamento com as necessidades da comunidade do instituto. FÁBIO RODRIGUES sugeriu que o cronograma seja estruturado com o nome dos responsáveis pelas ações e com os recursos necessários à respectiva execução, garantindo-se, além disso, o acompanhamento adequado do cumprimento das metas estabelecidas no Planejamento Estratégico de TI. Acrescentou que o cronograma deve ser revisado e atualizado regularmente, levando-se em conta as eventuais mudanças institucionais e as prioridades. Todos concordaram com a sugestão. Prosseguindo na tratativa do eixo oito, DIOGO ROCHA explicou que a equipe da DTI está trabalhando na construção de cenários e no inventário de necessidades para a atualização do PDI. Disse que, para auxiliá-la na seleção das necessidades a serem

incluídas no plano estratégico, o grupo de trabalho elaborou critérios que devem ser atendidos conforme as prioridades. Esclareceu que esses critérios visam garantir o cumprimento da visão do IFRR, abordar pontos problemáticos, aproveitar oportunidades emergentes e atender a demandas reprimidas. Além disso, objetivam apoiar as iniciativas que já estão em andamento e que têm impacto generalizado. Afirmou que os princípios estabelecidos ajudarão o grupo de trabalho a avaliar diferentes áreas de investimento e garantir o uso de uma estrutura comum. Informou que as iniciativas foram divididas em dois tipos pelo grupo: inovações e continuidade do serviço de TI. Disse que as inovações representam projetos que ainda não estão em funcionamento, como sistemas ou serviços de TI. Já a continuidade do serviço envolve as iniciativas implantadas e em uso, como a central de serviço, o Data Center, as aquisições, a segurança da informação, a arquitetura corporativa, os modelos de serviço compartilhado, a pesquisa computacional, o desenvolvimento da força de trabalho de TI, o gerenciamento de fornecedores, o gerenciamento de mudanças e a sustentabilidade. Explicou que as necessidades foram agrupadas em três categorias de alto nível: necessidades tecnológicas, plataformas comuns e estratégias fundamentais. Além disso, esclareceu que foram identificadas quatro áreas específicas de TI a serem abordadas: processo de governança e gestão de TI, segurança da informação baseada no *framework* CIS V8, infraestrutura, sistemas e serviços baseados no *framework* ITIL e suporte ao usuário com base no *framework* Cobit 2019. Essas áreas específicas e os *frameworks* correspondentes serão utilizados para orientar as iniciativas de TI e garantir a conformidade com a legislação e as melhores práticas. Esse planejamento estratégico visa atender às demandas atuais e futuras do IFRR, promovendo a eficiência, a segurança e a excelência em serviços de TI. DIOGO ROCHA também explicou que o Planejamento Estratégico da TI precisa alinhar-se aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODSs) para garantir a sustentabilidade do projeto. Além disso, explicou que está sendo sugerida a inclusão da privacidade e da segurança da informação, conforme o *framework* CIS V8, e a utilização do ITIL para melhoria dos serviços de TI e do suporte ao usuário. Quanto aos indicadores e as metas do PDI, informou que ainda não há uma estrutura definida, mas que está prevista a criação de um quadro para a apresentação das metas e das iniciativas de cada área. Disse que a definição desse quadro e dos indicadores será discutida em reuniões futuras, considerando as especificidades de todas as dimensões. Em relação à comunicação, informou que foi levantada a necessidade de um plano estratégico próprio para fortalecer a marca IFRR e evidenciar sua importância. Disse que a comunicação também pode explorar indicadores relacionados ao acesso ao site institucional e ao engajamento nas redes sociais. Disse ainda que é importante considerar a coleta de dados para esses indicadores e o uso adequado de instrumentos digitais. Informou, outrossim, que está em fase de desenvolvimento o quadro modelo para os indicadores do PDI. No entanto, já foi apresentado um quadro que aborda as tecnologias de iniciativas para suportar o ensino, a pesquisa, a extensão e a administração. Esclareceu que ainda não foram fornecidos detalhes específicos sobre as tecnologias que serão utilizadas nesse contexto, nem os critérios para a sua seleção. Afirmou que, embora haja menção às áreas de tecnologias educacionais e análise de dados educacionais, ainda não foram estabelecidas metas ou ações específicas relacionadas a esses aspectos no PDI. No entanto, a importância dessas áreas foi destacada, considerando-se, especialmente, a solicitação da Pró-Reitoria de Ensino (Proen). Disse que há também um foco na relação entre as necessidades da instituição e o papel da TI. Disse que a DTI está envolvida nesse processo, visando mapear de que forma a tecnologia pode atender às demandas da instituição e contribuir para o alcance dos objetivos do PDI. Ainda em relação ao eixo oito do PDI, no que se refere à descrição do modelo de tabela para a apresentação das metas, esclareceu que já foi elaborada uma estrutura para a descrição das metas a serem alcançadas. No entanto, ainda não foram fornecidas informações específicas sobre quais metas foram estabelecidas até o momento. Disse que é esperado que, posteriormente, sejam detalhadas as iniciativas específicas que serão implementadas para o atingimento dessas metas. Declarou que, no geral, o quadro modelo para os indicadores do PDI está em desenvolvimento, assim como as metas e as iniciativas relacionadas às tecnologias e à análise de dados educacionais. A relação entre as necessidades da instituição e a TI também está sendo trabalhada. Destacou a importância de se aguardarem mais informações e direcionamentos da comissão central para se contribuir de forma efetiva para o planejamento estratégico da instituição. Comentou que, no entanto, é necessário fortalecer a comunicação, alinhando-a com os objetivos institucionais. Informou que a definição dos indicadores e das metas será discutida em etapas futuras do processo. Pedindo a palavra, ROMERO GOMES perguntou ao pró-reitor ADNELSON JATI como será o modelo de quadro para os indicadores do PDI. Quis saber se já existe um modelo pronto, como o ForPDI, ou se a comissão central está trabalhando em outra estrutura. ADNELSON JATI respondeu que, como mencionado anteriormente, a comissão do eixo oito está adiantada em relação às outras. Parabenizou o progresso alcançado e destacou a importância da contribuição para o Planejamento Estratégico de TI. Mencionou que será necessário alinhar o eixo que foi adicionado, pois a construção da rede de projeto sustentável exigirá o trabalho com os objetivos de desenvolvimento sustentável. Disse que é responsável pela elaboração de um instrumento para toda a rede, incluindo tabelas de objetivos estratégicos e metas. Esclareceu que os eixos foram construídos de forma a não ficar restritos ao PDI atual, sendo possível desvincular, por

exemplo, o eixo oito do eixo cinco, caso isso seja decidido em reunião. Também falou da importância de se criar uma estratégia para refletir isso de maneira eficaz e que ainda não se sabe como serão os indicadores e as metas, pois, em alguns aspectos, apenas a comissão do eixo oito está com os trabalhos adiantados. Esclareceu que, no entanto, é possível pensar em metas para outras áreas também. A pró-reitora ROSELI BERNARDO perguntou ao pró-reitor como está o processo de preenchimento da planilha dos indicadores repassada para a DTI. ADNELSO JATI respondeu tratar-se de outra ação, uma ação do sistema monitor, destacando a importância de se integrar ao PDI a planilha repassada. Depois disso, FÁBIO RODRIGUES prestou esclarecimentos sobre a dimensão da TI. Mencionou que, durante a reunião, ocorreu uma confusão relacionada ao termo "TIC" (Tecnologia da Informação e Comunicação). Relatou que teve uma conversa com o chefe de Gabinete da Reitoria, GIOVANI CALERI, explicando-lhe que a intenção era promover a colaboração e a comunicação por meio da TIC. Disse que percebeu também que, quando se definiu um eixo ou uma dimensão única para a TIC, houve uma mistura de conceitos. Esclareceu que "TIC" se refere principalmente à tecnologia de informação e comunicação entre redes de computadores, como a transmissão de dados e a telecomunicação. Essa comunicação está relacionada à compreensão e à troca de informações entre sistemas computacionais, diferentemente da comunicação social, que é entre pessoas. Explicou que a confusão surgiu devido à utilização do termo "comunicação" dentro do contexto da TIC, pois o foco não é a comunicação social, mas, sim, a comunicação entre computadores, envolvendo a infraestrutura de rede, como roteadores e equipamentos de comunicação. Mencionou exemplos, como conexões de fibra óptica e redes sem fio, que são essenciais para o funcionamento das bases de dados e para a transmissão de informações na área de TI. Com base nessa análise, FÁBIO RODRIGUES concluiu que houve uma dissonância entre os participantes da reunião em relação à compreensão precisa do termo "TIC" e sua aplicação. ADNELSO JATI esclareceu que é por isso que montou eixos diferentes para que todos envolvidos reflitam melhor sobre o assunto. FÁBIO RODRIGUES explicou que é para fazer a interface para se comunicar com o público externo. Ainda em relação à dimensão de TI e Comunicação, ADNELSO JATI esclareceu que a área de TI está bem orientada, com um plano estratégico definido, ao contrário da área de comunicação, que ainda não tem um plano estratégico claro. Destacou a importância de esta definir objetivos e planos estratégicos para garantir o alcance dos resultados desejados. Sugeriu que a Ascom crie um plano estratégico de comunicação, assim como fez a área de TI. DIOGO ROCHA, dando prosseguimento à reunião, apresentou as seguintes sugestões da comissão para o aprimoramento da governança e da gestão de TI: a) formação de dois grupos de trabalho envolvendo técnicos e analistas de todas as unidades, um dedicado às aquisições e outro à segurança da informação; b) metas para o desenvolvimento de competências na área de TI (formar 30% de profissionais em gestão, 50% em segurança da informação, 30% em gestão de riscos e 50% em compras de TI; fortalecer o quadro de pessoal de TI, incluindo a formação de equipes de resposta a incidentes e a contratação de analistas para atender às demandas das unidades dos campi; investir em infraestrutura e redes; e institucionalizar a educação a distância); c) definição de processos de aquisições, atualização da política de segurança da informação e otimização da gestão de riscos de TI; e d) regulamentação clara das atribuições dos profissionais de TI para melhorar a gestão e a eficiência institucional. A pró-reitora VANESSA RUFINO falou sobre a necessidade de um analista de TI para atender às demandas do CNP, entre elas fornecer suporte ao polo, auxiliar na construção do centro de referência, garantir a padronização das tecnologias e lidar com as mudanças decorrentes da pandemia, principalmente em relação aos sistemas. DIOGO ROCHA respondeu que não há necessidade de um analista, mas apenas de um técnico de TI, pois este atenderia satisfatoriamente à necessidade. VANESSA RUFINO disse que o *campus* tem código de vaga para analista. Acrescentou que a unidade está em fase de levantamento de pessoal, haja vista a necessidade de gerenciamento da página do CNP na plataforma, de gerenciamento do servidor, de gerenciamento do centro de referência, quando este for construído, e de gerenciamento do Moodle, bem como de assessoramento relativo à padronização de tudo isso, que hoje está a cargo da Dipead. Disse que, neste período de pós-pandemia, os sistemas e as respectivas legislações mudam constantemente, deixando a impressão de que tudo está fora de controle, sobretudo em relação ao sistema acadêmico. Perguntou se não seria o caso de se proceder à contratação de um analista de TI. DIOGO ROCHA reiterou que não. Esclareceu que tem havido um retorno positivo com a presença de FÁBIO RODRIGUES na DTI. Disse que sua colaboração foi essencial no desenvolvimento do projeto do centro de referência e que, atualmente, ele está repassando conhecimentos para o professor NIELSON, da Diretoria de Educação a Distância. Esclareceu que, desde que o IFRR iniciou as ações de educação a distância de forma institucionalizada, a DTI, por sua natureza sistêmica, abraçou a demanda. Explicou que o mundo virtual da instituição está hospedado na Nutanix, que é a solução disponível e que está localizada no *Campus* Boa Vista. Informou que o servidor da DTI ROMERO GOMES participou do último Forint, no qual foi discutida a adoção das plataformas em nuvem pelo MEC. Informou que está prevista uma ação conjunta entre a DTI e a RNT para a implementação da solução de migração para a nuvem. Em relação ao Data Center da unidade, esclareceu que ele será utilizado como um repositório de arquivos, além de conectar as estações de trabalho e laboratórios. Disse que será necessário garantir

uma conexão de qualidade para que todos os serviços relacionados à rede funcionem corretamente. No entanto, os serviços da rede continuarão sendo centralizados, visando à redução de custos e benefícios para todos os usuários. Quanto à necessidade de um analista de TI, explicou que compreende que a visão deste deve ir além do suporte técnico. Ele deverá atuar como um coletor de requisitos, identificando as necessidades dos usuários e transmitindo-as à equipe de TI. Essa interação é essencial para que a instituição possa entregar serviços e produtos que atendam às demandas do *campus*. Saliou que um único analista pode não ser suficiente, considerando-se fatores como ausência por doença ou férias. Portanto, disse ser fundamental que as unidades colaborem entre si, compartilhando recursos e conhecimentos para atender às demandas de forma mais eficiente. Esclareceu que a DTI, por sua atuação na área de educação a distância, tem um conhecimento mais abrangente em relação às tecnologias utilizadas no mundo atual. Essa *expertise* pode ser partilhada com outras instituições, como a Defensoria Pública, à qual o IFRR, por meio da DTI, está prestando consultoria para a abertura de uma escola, ou seja, fornecendo suporte técnico e compartilhando experiências, enquanto ela adquire os equipamentos necessários. Considerando todas essas demandas e desafios, disse ser importante a contratação de um analista de TI para fortalecer a equipe da DTI. Esse profissional seria responsável por coletar requisitos, oferecer suporte técnico, facilitar a inovação e garantir a qualidade da rede. Explicou que a colaboração entre as unidades é enfatizada como forma de superar limitações e fortalecer o suporte técnico. Concluindo sua fala acerca desse assunto, DIOGO ROCHA disse que, para institucionalizar a educação a distância, é necessário fortalecer a rede e investir em capacitação. Argumentou que a criação do centro de referência trará muitos desafios, que devem ser enfrentados pela equipe de TI em colaboração com as outras unidades. Além disso, a padronização das tecnologias utilizadas e a busca por editais de inovação são estratégias que devem ser consideradas para fortalecer a infraestrutura de TI e garantir a qualidade dos cursos oferecidos. FÁBIO RODRIGUES propôs uma estratégia para atrair analistas de TI para a Reitoria. Sugeriu que a gestão ofereça benefícios como possibilidade de trabalho remoto, permitindo que trabalhem de casa em determinados dias, e flexibilidade para atuarem em unidades próximas de suas residências. Além disso, destacou a importância de haver programas de capacitação para garantir que estejam preparados para lidar com as demandas da área de TI. Sugeriu, por fim, que a capacitação seja incluída no plano de gestão, além dos benefícios propostos, para que os analistas se sintam acolhidos e preparados para exercer suas funções de forma eficiente. DIOGO ROCHA concordou com a proposta, mas disse que deve ser discutida posteriormente, deixando-se os encaminhamentos registrados na ata. Sugeriu que seja agendada uma reunião extraordinária para tratar especificamente do assunto, tendo em vista o amadurecimento das ideias e o aprofundamento da conversa. A presidente do comitê, NILRA JANE FILGUEIRAS, propôs regulamentar a distribuição dos analistas da instituição, a fim de evitar a subutilização e garantir uma alocação mais eficiente. Sugeriu que seja registrada em ata a proposta de que os analistas que têm interesse em vir para a Capital possam trabalhar na Reitoria, onde haveria ações mais sistêmicas, enquanto que os que já estão na Capital e que não têm interesse em se deslocar para o interior possam permanecer em seus atuais locais de lotação. Além disso, acrescentou que a proposta inclui a flexibilidade de trabalho remoto e programas de capacitação na área de TI. Disse ainda que é fundamental que se busque unir forças para fortalecer integralmente o IFRR, evitando-se que algumas unidades fiquem mais assistidas do que outras. Por fim, sugeriu que o assunto seja registrado em ata como um encaminhamento para ser discutido posteriormente, numa reunião extraordinária convocada para esse fim. Encerrada essa discussão, DIOGO ROCHA apresentou o quadro de metas, destacando que falta apenas finalizar o PDI dentro dele. Disse que o plano irá estabelecer os objetivos institucionais que essa meta visa alcançar. Esclareceu que o documento está em fase de construção em conjunto com a comissão responsável pelo trabalho, mas que já existe um esqueleto do Planejamento Estratégico de TI, que inclui metas e ações com porcentagens e indicadores. Mostrou também o quadro de contribuições das unidades que têm profissionais de TI. Concluída a discussão, DIOGO ROCHA chamou o coordenador de Sistemas da DTI, ROMERO GOMES, para conduzir o debate sobre **o terceiro e o quarto pontos da pauta**, respectivamente: **2.2.3 DIPLOMA DIGITAL e 2.2.4 MÓDULO PARA PROJETO DE ENSINO**. A princípio, abordou o **terceiro ponto**. Explicou que o Diploma Digital é um normativo legal instituído pelo MEC. Esclareceu que ele já existe há um bom tempo, mas que está sendo travado na instituição. Pediu o engajamento dos *campi* para que o dispositivo seja cumprido. Disse que o MEC encaminhou ofício ao IFRR para saber como está o andamento do serviço. Enfatizou que o entrave é a não adoção da tecnologia pelas unidades de ensino. Relatou que, nos cursos técnicos, o formato digital para a emissão de certificados e diplomas já é amplamente utilizado, no entanto, na graduação, a situação é mais complexa devido à necessidade de geração e envio de informações acadêmicas completas do aluno, de geração de um arquivo da documentação para ser assinado e, em seguida, enviado para o MEC. Informou que já se conseguiu fazer com que o Suap e a plataforma de assinatura se comuniquem e gerem os arquivos necessários. No entanto, identificaram-se algumas dificuldades nesse processo, provavelmente relacionadas à ferramenta em uso. Esclareceu que, nesse caso, a DTI pouco pode fazer para ajudar, pois o sistema não apresenta nenhum problema. Esclareceu que os *campi* é que devem

alimentar o sistema com as informações, ajustando-as, quando necessário, ao padrão exigido, e expedir o certificado. Salientou que é importante informar essas dificuldades e buscar apoio de todos os envolvidos para a superação dos desafios técnicos e operacionais associados à implementação do diploma digital. Disse ainda que é importante manter-se atualizado sobre as diretrizes e as orientações do MEC para se garantir que o processo esteja em conformidade com as regulamentações. Debatida a padronização do modelo de diploma para os cursos de graduação da instituição, constatou-se que cada unidade tem o seu, gerando falta de uniformidade. Além disso, a representação visual do certificado ainda não foi definida e há resistência na emissão dos diplomas. Também foi mencionado que há necessidade de se configurarem os cursos para o formato digital e que a falta de orientações adequadas e a ausência de um *layout* padronizado têm dificultado o progresso nessa área. Foi ressaltado ainda que o diploma digital requer a inclusão de um novo módulo ao sistema existente para a validação das informações e das assinaturas. Sugeriu-se que a equipe responsável pelo *design* gráfico crie o *layout* do certificado, levando em consideração as informações necessárias e as diretrizes legais. Destacou-se a importância de se consultar a legislação e garantir espaço para reconhecimento nacional e internacional, especialmente para os diplomas de ensino superior. Cogitou-se que é importante antecipar algumas dificuldades que os *campi* enfrentarão na expedição dos diplomas digitais e enfatizar a necessidade do engajamento de todos. Por fim, argumentou-se que, embora haja obstáculos a serem superados, é necessário abordar essas dificuldades e buscar soluções para garantir a conformidade com o requisito do diploma digital. A presidente perguntou se o processo de especificações para os diplomas de graduação vai seguir o mesmo fluxo adotado para os diplomas técnicos. ROMERO GOMES respondeu que sim. Disse que o processo segue o mesmo ritmo até o registro do diploma. Explicou que, depois de o aluno concluir o curso e ter todas as informações necessárias, o registro do diploma é gerado no Suap e, em seguida, o processo de assinaturas é realizado fora do sistema, utilizando-se a plataforma instalada no IFRR. Esclareceu ainda que esse processo de assinatura fora do Suap ocorre depois da geração do registro do diploma e está relacionado à etapa final do processo de expedição dos diplomas digitais. A presidente indagou ainda se já existe uma regulamentação formal que estabeleça os procedimentos para a expedição dos diplomas digitais. ROMERO GOMES respondeu que o que está faltando é tomar a decisão final e aprovar o modelo de diploma a ser utilizado. Explicou que, uma vez tomada essa decisão, a instituição estará pronta para começar a expedir os diplomas, seguindo o fluxo estabelecido. Em seguida, a presidente perguntou se poderiam deliberar a aprovação. ANTÔNIO NETO pediu a palavra e explicou que houve uma falta de acompanhamento do curso superior em relação à padronização dos modelos de diplomas digitais. Relatou que tentou padronizar, mas que houve resistência. Esclareceu que o modelo atual é uma tentativa de adiantar o processo, considerando que já existem turmas se formando e que é necessário ter um modelo de diploma para se concluir o processo. Mencionou ainda que a equipe da DTI trabalhou na programação do sistema para este suportar a emissão dos diplomas. Disse que o próximo passo seria a qualificação para se aprender a assinar os diplomas, já que o processo é mais complexo do que a emissão de diplomas de nível médio, por exemplo. Enfatizou que, no entanto, não foi dada atenção à padronização dos modelos de diplomas para todos os cursos. Argumentou que a padronização é necessária e que deve ser aplicada de forma consistente, independentemente do curso. A presidente concordou com ANTÔNIO NETO e perguntou se a *designer* gráfica foi encarregada de criar esse modelo. Ele respondeu que, durante a ausência da técnica em audiovisual Jayne Thomé, procurou a Ascom para esta adiantar o trabalho, uma vez que parecia esperar que a equipe da DTI entregasse o processo completo para a execução. Disse que sua principal preocupação era com o *layout* do diploma. Revelou que sabia da existência de um modelo anterior e que gostaria de analisá-lo para verificar se estava em conformidade com as orientações e se poderia ser considerado o modelo oficial. A presidente falou da importância de a equipe de audiovisual realizar pesquisas e apresentar diversas versões do *layout*, a fim de ser selecionada a opção mais adequada. Todos concordaram que é preciso envolver a equipe de comunicação para garantir a padronização da logomarca, do tamanho das letras e das cores oficiais da instituição. Em seguida, mencionou-se que programas especiais, como o Pronatec, já têm modelos de certificados padronizados. Além disso, citaram-se a complexidade do diploma de ensino superior, devido à necessidade de cumprimento de diversas legislações, e a possibilidade de apostilamentos e carimbos. A diretora-geral JOSEANE DE SOUZA informou que enviou, pelo chat, várias perguntas e que apenas algumas foram respondidas. Afirmou que a adoção da proposta de ANTÔNIO NETO é o primeiro passo para a solução do problema, além de garantir a expedição do diploma do ensino superior, que é o mais complexo, visto ser um diploma que precisa passar por reconhecimento nacional e internacional. Disse que alguns alunos têm ido ao CBV buscar o documento em arquivo digital para levá-lo para o estrangeiro, lembrando que ele fica armazenado na unidade de ensino, no Registro Nacional de Diplomas (RND) e no Ministério da Educação (MEC). Assim, para validar a autenticidade do diploma em outros países, o estudante poderá apresentar o arquivo à instituição onde deseja ingressar para que esta verifique a validade do documento no site do MEC. Esse processo muda o paradigma, pois é o MEC que reconhece e que chancela o diploma de acordo com suas regras, e não diretamente a instituição de ensino. No caso do diploma digital, é fornecido um arquivo em formato PDF,



que representa visualmente o diploma, mas o arquivo principal é em formato XML e contém todas as informações relevantes, como nome, sobrenome, CPF, instituição, assinaturas, entre outros dados. Esse arquivo é armazenado digitalmente no MEC. A diretora-geral do CBV, JOSEANE DE SOUZA, solicitou um encaminhamento para a implantação do diploma digital, enfatizando que não é algo opcional, mas necessário. Além das questões técnicas, como o formato do arquivo, ela destacou a importância da identidade visual do diploma. Sugeriu que as áreas de ensino e de TI apresentem três modelos de diploma para a votação. Também mencionou a necessidade de um parecer da Assessoria Jurídica em relação ao nome social, sugerindo que o documento esclareça se, quando não for alterado na documentação, o nome de nascimento deve ser suprimido do diploma. Disse que o encaminhamento será feito à Ascom para esta realizar as ações, considerando o tempo disponível e a possibilidade de apresentação dos modelos de diploma no próximo Conselho de Diretores de Ensino (Code). Concluiu, portanto, que será necessário aguardar a deliberação do encaminhamento proposto e obter o parecer da Assessoria Jurídica para se prosseguir com o processo de implantação do diploma digital, garantindo sua legalidade. Logo após, foi discutida a inserção do nome social no diploma. Foi mencionado que, para se fazer a alteração no diploma e incluir o nome social, o estudante precisa apresentar um documento de identificação com essa alteração no momento da matrícula. O nome social deve ser registrado tanto no diploma quanto nos demais documentos do estudante, até que todas as alterações sejam legalmente respaldadas. Foi destacado que é importante entender qual é a posição legalmente aceita em relação ao nome social, tanto no diploma quanto nos demais registros. Essa é uma decisão complexa que requer considerações legais e muitos aspectos a serem levados em conta. Também foi mencionado que, antes do envio da demanda para o setor de audiovisual da Ascom, é necessário ter todas as informações para a confecção do diploma. Todas as dúvidas relacionadas ao nome social e ao atendimento das regras do MEC para estudos no exterior devem ser esclarecidas antes disso, pois o trabalho do setor de *design* diz respeito à estética do diploma, como cores, tamanho do brasão e logotipo do IFRR. ROMERO GOMES fez uma solicitação de encaminhamento. Sugeriu que a Ascom e a DTI trabalhem juntas para criar três modelos de diploma. Propôs que esses modelos sejam apresentados no mesmo dia, durante uma reunião, possivelmente, do Code, em que todos os envolvidos possam participar e votar. Disse que o encaminhamento é abrir o chamado para marcar uma reunião com a equipe de *design*, a fim de discutir a importância da formalização e da legalidade do diploma digital. Depois, disso, foram mencionadas as vantagens desse formato, como facilidade de armazenamento, redução de custos e agilidade no processo de emissão e validação. Além disso, destacou-se a necessidade de se estabelecerem diretrizes claras e regulamentações adequadas para garantir a autenticidade e a segurança dos diplomas digitais, ou seja, todas as informações necessárias para o diploma, garantindo também que esteja em conformidade com a legislação e com as diretrizes de comunicação estabelecidas. Depois disso, a diretora-geral JOSEANE DE SOUZA falou sobre a necessidade de se mapearem as funções dos analistas responsáveis pelo AVA no *Campus* Boa Vista. FÁBIO SANTOS esclareceu que os analistas não garantem o funcionamento do sistema, uma vez que o AVA está atualmente hospedado no Data Center do CTV. Esclareceu que eles atuam apenas pela interface do Moodle, auxiliando os professores no acesso às salas e no desempenho de outras atribuições. Além disso, informou que, no próximo semestre, as atribuições dos analistas serão automatizadas pela solução de integração do Suap com o Moodle. Encerrada a discussão sobre o terceiro ponto, ROMERO GOMES passou a tratar do **quarto ponto da pauta: 2.2.4 MÓDULO PARA PROJETO DE ENSINO**. Ele relatou que a Proen solicitou à DTI auxílio para fazer a migração do processo atual de ensino, que é realizado em formato físico, para o módulo de projetos de ensino no Suap, assim como ocorre com a extensão e a pesquisa. Apresentou, em seguida, as ferramentas implantadas e o passo a passo do processo para solucionar as questões relacionadas ao funcionamento do módulo de projetos. Em seguida, foi discutida a necessidade de pesquisa de soluções e a importância do relato dos benefícios e das melhorias alcançadas com o apoio da Proex e da Propesp. ROMERO GOMES esclareceu que, durante o desenvolvimento das atividades, são realizados ajustes e alinhamentos estratégicos no módulo de projetos de ensino. Logo após, a pró-reitora VANESSA RUFINO fez a sugestão de se vincular a renovação da matrícula à atualização da caracterização socioeconômica dos estudantes. Destacou a importância dessa medida para se obter uma compreensão mais precisa da situação socioeconômica dos alunos, especialmente considerando as políticas públicas de acompanhamento de estudantes em situação de vulnerabilidade. A sugestão foi que essa renovação seja realizada anualmente, levando-se em conta a possibilidade de mudanças rápidas na realidade socioeconômica dos alunos. ANTÔNIO NETO relatou que o *Campus* Boa Vista já adotou essa prática e que enviou para este um tutorial explicando como configurar a renovação automática e vinculá-la à atualização do cadastro dos alunos. No entanto, observou que o calendário do CNP desmarcou a opção de atualização do questionário, mesmo o tutorial enfatizando a importância de manter ambas as opções marcadas. Mencionou que compartilhou o tutorial com todos os *campi* e expressou sua surpresa com a desmarcação dessa opção no calendário do CNP. ANDREIA SILVA reforçou o ponto de vista de ANTÔNIO NETO, mencionando que também enviou um e-mail com um tutorial sobre como configurar a renovação automática e vinculá-la à atualização do cadastro dos alunos.

Disse que é necessário verificar por que a opção de vinculação foi desmarcada no calendário do CNP, pois considera essa vinculação crucial para um controle mais efetivo da renovação e da atualização cadastral dos estudantes. Ficou, então, acordado que a configuração do calendário de renovação deve envolver o coordenador de Registro Acadêmico, pois a organização didática prevê a inclusão do período de renovação e outros procedimentos. Houve ênfase na responsabilidade do RA em relação à renovação da matrícula dos alunos. Comentou-se que, embora se reconheça a dificuldade de conectividade em alguns *campi*, considera-se importante a implementação da vinculação entre a renovação e a atualização cadastral. Diante do avanço do tempo e dos pontos de pauta pendentes, foi decidido, por unanimidade, que haverá um intervalo para o almoço e que a reunião será retomada às quatorze horas. Reiniciados os trabalhos no horário previsto, DIOGO ROCHA apresentou o **quinto ponto da pauta: 2.2.5 OFÍCIOS E ACÓRDÃOS DO TCU**. Citou os documentos recebidos do Tribunal de Contas da União: o Ofício n.º 41248/2022-TCU/Seproc e o Ofício n.º 0185/2023-TCU/AudTI, que trata do encaminhamento de relatório de *feedback* referente aos controles críticos de segurança. Descreveu a situação atual desses documentos e mencionou os procedimentos a serem adotados. Destacou a importância da instituição de um grupo de trabalho de segurança da informação para tratar de assuntos relacionados a segurança de sistemas, redes e dados pessoais na instituição. Em seguida, abordou o sexto ponto da pauta: **2.2.6 PRIORIZAÇÃO DE DEMANDAS DE AQUISIÇÃO**. Apresentou as demandas planejadas para os *campi*, incluindo aquisições e contratos. Destacou a importância de se centralizarem as demandas de aquisição e contratação de bens e serviços por grupos de trabalho envolvendo servidores de todas as unidades para se agilizarem os processos. Citou exemplos dessas demandas, como a contratação de uma empresa especializada em manutenção de *nobreaks* e a reposição de baterias, bem como a manutenção preventiva e corretiva de impressoras. Lembrou que o Plano de Desenvolvimento Institucional está sendo construído de forma articulada com os *campi* com o objetivo de melhorar e atender às demandas apresentadas. Em seguida, passou a tratar do sétimo ponto da pauta: **2.2.7 APROVAÇÃO DA CARTILHA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO**. DIOGO ROCHA falou da importância de se adotarem medidas de segurança da informação para proteger as instituições públicas contra ameaças cibernéticas. Em seguida, apresentou a Cartilha de Segurança da Informação compartilhada pela DTI com o objetivo de orientar os servidores do IFRR sobre a proteção de dados pessoais e institucionais. Encerrada a apresentação, a cartilha foi aprovada por unanimidade. **3. ENCAMINHAMENTOS**. Encerradas as discussões sobre todos os pontos da pauta, ficaram acordados os seguintes encaminhamentos: **3.1 Elaboração do cronograma para o planejamento estratégico do PDTIC**, com identificação das ações necessárias para o planejamento; indicação dos responsáveis por cada ação; determinação dos recursos necessários para cada ação; criação de um cronograma detalhado com prazos e marcos importantes; e garantia da execução efetiva e do acompanhamento adequado, levando-se em conta possíveis mudanças nas circunstâncias e as prioridades das ações; **3.2 Regulamentação das atribuições dos profissionais de TI**, com análise das atuais atribuições; elaboração de proposta clara e abrangente para a regulamentação; promoção de discussões e obtenção de *feedbacks* sobre a proposta; e finalização da regulamentação e promoção de sua implementação no IFRR; **3.3 Regulamentação da distribuição dos analistas de TI**, com análise da distribuição atual; identificação das áreas de subutilização e alocação ineficiente; estabelecimento de critérios claros para a distribuição dos analistas; consideração da demanda e das necessidades específicas de cada unidade; e monitoramento e avaliação regular da distribuição dos analistas; **3.4 Criação de grupos de trabalho dedicados a aquisições e segurança da informação**, com identificação dos técnicos e dos analistas de todas as unidades interessados e qualificados para participar dos grupos de trabalho; e formação de dois grupos, um focado em aquisições e outro em segurança da informação; **3.5 Agendamento de uma reunião com a equipe de *design* da Ascom**, com abertura de chamado no Suap, **para discutir a formalização e a legalidade do diploma digital**. **4. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO**. Não havendo mais assuntos a serem tratados, a presidente do Comitê Gestor de Governança Digital, NILRA JANE FILGUEIRAS, encerrou a reunião às dezesseis horas e trinta e dois minutos, e eu, **IVÂNIA NASCIMENTO FERREIRA CARVALHO**, secretária do comitê, redigi a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada por todos os membros presentes.

#### **Membros do Comitê Gestor de Governança Digital IFRR:**

1. Nilra Jane Filgueira Bezerra
2. Diogo Rocha Ferreira Maia
3. Adnelson Jati Batista
4. Andreia Pereira da Silva
5. Roseli Bernardo Silva dos Santos
6. Amarildo Ferreira Júnior
7. Joseane de Souza

8. Isaac Sutil da Silva
9. Maria Eliana dos Santos
10. Vanessa Rufino Vale Vasconcelos
11. Emanuel Alves de Moura

**Convidados:**

1. Fábio Rodrigues dos Santos
2. Romero Gomes da Silva
3. Antônio Neto Nascimento de Oliveira

**Secretária do CGD:**

Ivânia Nascimento Ferreira Carvalho

**DIOGO ROCHA FERREIRA MAIA**  
**Diretor de Tecnologia da Informação**  
PORTARIA Nº 172 - GAB/IFRR, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2022

Documento assinado eletronicamente por:

- **Diogo Rocha Ferreira Maia, DIRETOR(A) - CD3 - DTI**, em 01/08/2023 15:02:05.
- **Antonio Neto Nascimento Oliveira, AUX EM ADMINISTRACAO**, em 01/08/2023 15:06:01.
- **Joseane de Souza Cortez, DIRETOR(A) GERAL - CD2 - DG-CBV (CBV)**, em 01/08/2023 18:37:17.
- **Adnelson Jati Batista, PRO-REITOR(A) - CD2 - PRODIN**, em 01/08/2023 19:27:20.
- **Nilra Jane Filgueira Bezerra, REITOR(A) - CD1 - IFRR**, em 01/08/2023 20:26:48.
- **Vanessa Rufino Vale Vasconcelos, DIRETOR(A) GERAL - CD2 - DG-CNP (CNP)**, em 02/08/2023 09:01:46.
- **Fabio Rodrigues dos Santos, ANALISTA DE TEC DA INFORMACAO**, em 02/08/2023 11:17:43.
- **Romero Gomes da Silva, ANALISTA DE TEC DA INFORMACAO**, em 02/08/2023 15:46:12.
- **Amarildo Ferreira Junior, PRO-REITOR(A) - SUB-CHEFIA - PROPEspi**, em 02/08/2023 15:47:05.
- **Maria Eliana Lima dos Santos, DIRETOR(A) - CD0003 - DICAB (CAB)**, em 04/08/2023 10:59:46.
- **Roseli Bernardo Silva dos Santos, PRO-REITOR(A) - CD0002 - PROEX**, em 04/08/2023 11:21:10.
- **Emanuel Alves de Moura, PRO-REITOR(A) - CD2 - PROAD**, em 07/08/2023 10:19:44.
- **Isaac Sutil da Silva, DIRETOR(A) GERAL - CD2 - DG-CBVZO (CBVZO)**, em 07/08/2023 11:33:13.
- **Ivania Nascimento Ferreira Carvalho, AUX EM ADMINISTRACAO**, em 07/08/2023 11:47:25.
- **Andreia Pereira da Silva, DIRETOR(A) - CD3 - DIPAE**, em 07/08/2023 12:18:31.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 01/08/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrr.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 224471  
Código de Autenticação: 97ffcb5465

